

# OS ANOS 80, O NOVO JORNALISTA E A IMPRENSA NO BRASIL\*

**FERNANDA PEIXOTO\*\***

A idéia deste artigo é esboçar um quadro mais geral das alterações ocorridas na mídia impressa no Brasil nos últimos anos, sublinhando aspectos internos à profissão do jornalista, e procurando trazer elementos para a compreensão de uma das faces das intrincadas relações que se verificam entre mídia e política. A reflexão está apoiada em depoimentos de jornalistas sobre o ofício e no acompanhamento da cobertura que a mídia impressa realizou da CPI do Orçamento, instalada em outubro de 1993.

A hipótese básica, norteadora do argumento, é que a década de 80 representa um momento estratégico para pensarmos a imprensa brasileira no que diz respeito à mudança no perfil do profissional e ao papel que jornais e revistas desempenharam em certos processos políticos ocorridos no país. A partir desse momento é possível vislumbrar uma alteração clara na natureza do profissional da imprensa e uma relação intensificada entre mídia e política no Brasil.

Nunca é demais lembrar a importância crescente da imprensa brasileira no processo de consolidação democrática do país e na luta pelo alargamento dos direitos do cidadão. Seu desempenho junto a acontecimentos políticos de forte mobilização, popular como o

movimento das *Diretas-Já* em 1984, ou o *impeachment* do presidente Collor em 1989. só para citar dois exemplos, confirma o papel central da mídia eletrônica e impressa, não apenas no acompanhamento dos fatos políticos mas fundamentalmente na deflagração dos processos.

Diante deste quadro, nem é preciso insistir na necessidade e na urgência de trabalhos que analisem o papel da mídia na sociedade brasileira hoje de diferentes perspectivas analíticas, metodológicas e disciplinares. Um rápido passar de olhos pela bibliografia relativa ao tema indica que não faltam títulos sobre a imprensa no Brasil. Mas do ponto de vista das ciências sociais, nem a imprensa e os seus órgãos, nem os jornalistas como categoria profissional, têm sido contemplados de maneira satisfatória. Após os trabalhos já clássicos de Gilberto Freyre (1970) e de Gioconda Mussolini (1972), de algum modo pioneiros no interesse pela imprensa como objeto de reflexão sociológica, pouco se publicou sobre o assunto. Nos últimos anos, algumas teses vieram quebrar esse silêncio, como as de Gisela Goldestein que focalizam jornais específicos - *Notícias Populares*, *Última Hora* (1982) e *Folha de S. Paulo* (1993) -, ou a de Isabel Travancas que toma a

\* Estas notas foram escritas por ocasião do projeto "Política, mídia e meios de comunicação de massa", Fundação Ford/Cebrap, 1992/1993, coordenado por Teresa Caldeira. Agradeço a Adalberto Moreira Cardoso e a Área de cultura e política do Cebrap pelo apoio.

\*\* Fernanda Peixoto é professora de Antropologia da Unesp/Arar e doutoranda em Antropologia Social na USP.

figura do jornalista como centro de sua reflexão, com ênfase na identidade profissional (1993).

As relações entre mídia e política começam a ser avaliadas em um trabalho ou outro. Mas da perspectiva que aqui nos interessa, os artigos de Joan Dassin (1982 e 1984) constituem referência obrigatória. O primeiro discute o período da ditadura e a censura aos meios de comunicação; o seguinte sublinha o papel da mídia impressa como ator político fundamental no processo de redemocratização do país.

O presente ensaio, que toma as décadas de 80 e 90 como eixos temporais, dá continuidade às reflexões desenvolvidas no último artigo de Dassin, não apenas confirmando o lugar central da mídia impressa na cena política brasileira, como também apontando o seu protagonismo no período pós-abertura. De fato, parece difícil discutir os últimos episódios de nossa vida política sem referências à mídia.

\* \* \* \*

A década de 80 assinala um ponto de inflexão na história da imprensa brasileira no que se refere à formação do profissional. O novo decreto de regulamentação da profissão, firmado em 1979 (o original é de 1969), determina a obrigatoriedade do diploma em curso superior de jornalismo. A partir dessa data, pode ser observada uma substituição geracional evidente nas redações brasileiras, com a entrada em cena dos novos jornalistas. Depoimentos de diversos profissionais do ramo apontam o corte geracional "duro" existente no interior do ofício: o "velho" autodidata foi substituído de modo

extremamente rápido pelo bacharel em Comunicação Social, sem nenhuma experiência profissional anterior<sup>1</sup>. Se o "velho" jornalista não possuía formação especializada - e muitas vezes encontrava-se abrigado nas redações por razões políticas, sobretudo nos anos 60 e 70 -, o "jornalista de hoje", mão-de-obra das grandes empresas jornalísticas, "aprendeu o ofício na escola, e não nas redações"<sup>2</sup>.

A obrigatoriedade do diploma é objeto de dissensões entre os jornalistas brasileiros, ainda que a maioria dos veículos de imprensa continue endossando na prática a reserva de mercado para os formados nas faculdades de Comunicação Social<sup>3</sup>. Polêmica também é a avaliação dessa nova geração pelos membros da geração anterior. Se não mais existe o completo "analfabeto" de outros tempos - sem formação regular -, perderam-se os valores básicos da profissão: a reportagem, o "jornalismo quente".

A ambigüidade observada nos discursos em relação ao jovem profissional atinge também as falas sobre a formação do jornalista: "os cursos são fracos, não formam o profissional competente". Por outro lado, as deficiências do autodidata são evidentes. Assim, do formando é exigida a prática: "afinal, jornalismo não se aprende na escola". Para o profissional, por sua vez, é pedida formação teórica, sistematicamente adquirida. No que pesem as diferenças de pontos de vista sobre a formação "ideal" do profissional, fica implícita uma certa descrença em relação à definição de um curso superior adequado às necessidades do profissional. Uma frase dita *en passant* traduz o espírito geral do debate sobre a profissão

"o jornalista é, e será sempre, um autodidata"<sup>4</sup>.

Outra característica definidora do "novo jornalista", sublinhada nas discussões, diz respeito à falta de entusiasmo profissional, ao desinteresse pela reportagem. As novas gerações não fariam mais, segundo os jornalistas ouvidos, plantão em porta de distritos policiais, não sairiam às ruas, em suma, abandonaram o "jornalismo quente"<sup>5</sup>.

O trabalho de reportagem e a figura do repórter aparecem nas falas dos jornalistas mais velhos como definidores da "essência do jornalismo", como a "tradução mais verdadeira do exercício profissional". E a reportagem está desaparecendo, eis a constatação geral. A explicação para um fato de tamanha gravidade - para os jornalistas presentes ao debate, é como se a profissão estivesse desaparecendo -, reside em diversos fatores. Primeiro, tem origem na formação deficiente dos novos profissionais, que estão habilitados à prática da reportagem. Segundo, devido ao "inchaço" das empresas jornalísticas, que transformou o jornalismo em negócio e burocratizou as redações. Nesse contexto, prevaleceria o jornalismo "de agenda" sobre o jornalismo "quente" das reportagens. Finalmente, a informatização das redações teria tido o efeito perverso de "pasteurizar" a notícia, substituindo a reportagem pelos bancos de dados, pelas pautas "frias"<sup>6</sup>.

Assim ao lado da contraposição "velho jornalista/novo jornalista" haveria outra, intimamente ligada a ela, que oporia o "velho jornalismo" ao "novo jornalismo", e que pode ser desdobrada nos discursos em outros pares de oposição: jornalismo quente/jornalismo frio; jornalismo de agenda/reportagem.

O processo extremamente veloz de substituição geracional ocorrido no interior do jornalismo brasileiro pode ser observado de perto pela experiência da *Folha de S. Paulo*, que na década de 80 implantou, através do "Projeto Folha", um rápido programa de modernização do veículo<sup>7</sup>. Este projeto, levado a cabo por jornalistas na faixa de 25 e 35 anos, reformulou não apenas a fisionomia gráfica do jornal, como também o seu conteúdo: matérias mais curtas, maior número de cadernos especializados, maior ênfase na parte cultural do órgão; maior aproximação de setores intelectualizados ligados à Universidade; maior atenção ao público jovem.

É importante lembrar que por ocasião do "Projeto Folha" foi criado um centro de pesquisas no jornal, hoje com grande credibilidade, o *DataFolha*, também chefiado por um jovem sociólogo, e que passou a realizar sistematicamente pesquisas sobre o perfil do leitor da *Folha*, orientando a linha editorial do jornal<sup>8</sup>. Se a *Folha* é um exemplo isolado - e radical - desse tipo de mudanças, não é exagerado afirmar que é ela a referência freqüente para o meio profissional quando o assunto é o "novo jornalista" e o "novo jornalismo", o que pode ser confirmado pelo mencionado debate sobre a profissão.

A mudança no perfil do profissional é acompanhada por alterações ocorridas nas condições de trabalho no interior das redações dos jornais, em função da introdução dos terminais de computador, na década de 80. O novo contexto de trabalho é visto com desencanto pelos profissionais das gerações anteriores: os computadores, segundo eles, são mal utilizados e não

agilizam o trabalho. Neste momento, a "velha lauda" aparece nos discursos dos veteranos como uma referência aos "bons tempos", quando o profissional lia as matérias e deixava as suas "impressões digitais" registradas no papel.

Uma certa nostalgia do passado pode ser mais uma vez percebida na descrição das novas redações, "inchadas", "burocratizadas", que mais parecem a "escritórios de grandes empresas", não guardando a menor semelhança com o clima de "confraria" e com a "aura de romantismo" das antigas redações. A nova redação de hoje, diz um jornalista na faixa dos 50 anos, "parece uma nave espacial, toda *clean*".

E importante lembrar que embora as falas dos jornalistas mais velhos sobre a profissão sublinhem a presença maciça dos "novos jornalistas" na imprensa a partir da obrigatoriedade do diploma (1979), de fato, as redações dos jornais não representam mais o escoadouro privilegiado para os novos formandos. Mais enxutas, devido à crise econômica e à informatização, as redações absorvem na verdade uma parcela mínima da massa de egressos das faculdades de jornalismo, que se dirigem com maior frequência para as empresas e assessorias de imprensa.

Todo esse processo de mudanças ocorrido no perfil do profissional e nas redações traz em seu bojo uma mudança no perfil do público leitor. O programa da *Folha de S. Paulo* de atingir setores mais jovens do mercado é seguido por outros veículos como, por exemplo, pelo *Estado de S. Paulo* e pelo *Jornal da Tarde*. As pesquisas orientam a direção a ser seguida: nova programação visual, cadernos jovens, maior quantidade de

assuntos relacionados à televisão, *games*, vídeo etc.

Em síntese, o que se observa nos discursos dos jornalistas em geral - dos mais jovens aos mais velhos - é a enorme distância existente entre as gerações, que se traduz em estilos profissionais distintos. Nos profissionais das gerações anteriores é flagrante a nostalgia do passado, revelada no desencanto com que falam das redações, do ritmo de trabalho, do processo de produção da notícia hoje etc. Nos mais jovens, aparece a necessidade de rompimento com a geração anterior, "boêmia", "autodidata", "pouco profissionalizada".

E curioso observar que ao lado das críticas ao "novo jornalista" e ao "novo jornalismo" feitas pelos profissionais mais antigos, tem lugar um elogio claro, e consensual, ao papel da imprensa na agenda política atual, na interferência nos rumos do país. É esta imprensa nova que "fez a Campanha das Diretas e que derrubou o Collor". O jornalista criticado pelo seu despreparo, por praticar um jornalismo "pior" seria, ao mesmo tempo, o protagonista dessa imprensa melhorada, atuante.

Tal paradoxo parece refletir outro maior, que se traduz no lugar de certo modo paradoxal que a mídia impressa ocupa no Brasil hoje. Correndo o risco de nublar a extrema heterogeneidade dos veículos em circulação no país, creio ser possível afirmar que a imprensa escrita esteve várias vezes à frente da televisão no processo político, apesar dos problemas a ela atribuídos por seus próprios praticantes: adaptação insatisfatória à informatização, enquanto a nossa televisão é extremamente sofisticada desse ponto de vista; realizada por

profissionais cada vez mais jovens, vistos como despreparados pelas gerações anteriores; registro de impressionantes audiências televisivas etc.

Localizar uma vantagem da mídia impressa em relação à televisão, no que diz respeito à deflagração de processos políticos, não significa afirmar que jornais e revistas brasileiros tenham defendido posições unívocas ou coerentes. Ao contrário. Muitas vezes um mesmo veículo jogou em posições antagônicas, defendendo interesses contrários, em curto espaço de tempo: por exemplo, derrubando um presidente que ajudou a eleger; discriminando figuras mais progressistas no espectro político, paralelamente à realização de campanhas pela expansão da cidadania e da democratização no país; apostando no sensacionalismo político, enquanto amplos espaços eram cedidos a denúncias de abusos no poder.

\* \* \* \*

A década de 80 representa um bom termo para pensarmos o jornalista e o seu contexto profissional, como vimos rapidamente, mas também para refletirmos sobre o papel fundamental da mídia impressa nos acontecimentos políticos recentes. A bibliografia especializada mostra ser impossível falar em fatos como eleições presidenciais de 1989 ou *impeachment* do presidente Collor, entre outros, sem referências ao comportamento da mídia. Vejamos um pouco mais de perto tal comportamento.

Como se sabe, os anos 70 se caracterizam por intensa censura aos meios de comunicação, empreendida pela ditadura

militar instaurada com o golpe de 1964. Diante disso, a imprensa vai fazer uso de canais alternativos de expressão. A vitalidade dessa imprensa alternativa pode ser aferida, antes de mais nada, pelo volume de títulos entre 1964 e 1980, circularam pelo país cerca de 150 periódicos. Por trás da extrema diversidade dessas publicações, um traço comum: o formato tablóide, daí a designação "nanica", e a oposição ao regime militar<sup>9</sup>

A partir de meados dos anos 70 assiste-se ao chamado gradual processo de liberalização do regime militar, iniciado pelo general Geisel e seguido pelo general Figueiredo, nos 80. Alguns fatos importantes assinalam a transição: o fim do AI-5, em 1978; a Anistia, em 1979; as eleições diretas de 1982 para governadores, primeiras desde as últimas de 1965<sup>10</sup>.

Nesse processo observa-se uma crescente autonomia da imprensa, fortalecida pelo fim da censura, e que teve uma forte atuação na condução da "abertura" política. A grande imprensa passa, a partir de então, a abrigar jornalistas antes restritos aos veículos da imprensa alternativa, assim como intelectuais atuantes na academia<sup>11</sup>.

Se a censura foi legalmente extinta, a manipulação de informações permanece um instrumento político eficaz da mídia, utilizado sobretudo pela televisão. As eleições diretas para governadores de 1982 é um bom exemplo desse tipo de procedimento. A alteração e a omissão de informações, bem como o ataque a personalidades políticas mais à esquerda, podem ser verificadas no boicote levado a cabo pela Rede Globo de Televisão à candidatura de Leonel Brizola no Rio de Janeiro.

Em 1984, fato semelhante ocorre com a Campanha pelas Eleições Diretas para presidente da República, que mobilizou amplos setores da sociedade e foi encampada pela imprensa<sup>12</sup>. Mais uma vez, a TV Globo - que na época possuía algo como 75% da audiência - atuou claramente contra a campanha, cortando-a de seus noticiários. Diante da forte mobilização popular e do apoio da mídia impressa e de outros canais de TV à campanha, a Globo foi obrigada a reverter sua posição<sup>13</sup>.

As eleições de 1989 constituem outro exemplo privilegiado para aferirmos o papel de destaque da mídia nos acontecimentos políticos do país. Durante a campanha presidencial de Fernando Collor de Melo foi construída uma imagem moderna do candidato, ancorada na figura do "Caçador de Marajás", daquele que iria combater a corrupção, que as empresas de comunicação - sobretudo a Rede Globo - apoiaram amplamente. A mídia, portanto, comprou e veiculou as mil imagens que o *marketing* político de Collor construiu: o esportista, o jovem empreendedor acima das ideologias e dos partidos que iria mobilizar o país. Se a televisão comprou o pacote modernizador vendido por Collor, discriminando, ao mesmo tempo, o candidato adversário, Luiz Inácio Lula da Silva, ela esteve acompanhada pela mídia impressa: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, as revistas *Veja* e *Isto É*<sup>14</sup>.

A mesma imprensa que notabilizou Collor e que investiu no sensacionalismo político durante o seu governo ajudou a derrubá-lo. Foi uma entrevista de Pedro Collor, irmão do presidente, à revista *Veja*, em maio de 1992, como sabemos, que deflagrou a instalação de

uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar irregularidades no governo Collor. A CPI, que funcionou entre junho e agosto de 1992, culminou com o *impeachment* do presidente eleito, em setembro de 1992 (Krieger, Novaes & Faria, 1992).

Mais uma vez, em 1993, a grande imprensa desencadeia um processo político. As entrevistas concedidas pelo economista José Carlos dos Santos, ex-funcionário do Senado, a jornais e revistas provocaram a instalação de uma nova CPI para apurar irregularidades no orçamento da União, que ficou conhecida como a CPI do Orçamento. No caso das duas CPIs, a imprensa não apenas deu o pontapé inicial nos processos, como teve um grande poder na definição de seus rumos, através do acompanhamento sistemático que realizou dos trabalhos de investigação.

\* \* \* \*

Se é verdade que a temática da corrupção há muito está presente nas páginas dos jornais brasileiros, não se pode negar que nos últimos anos ela passou a ocupar praticamente todo o espaço dedicado à política nacional na mídia impressa e eletrônica. Isso para não falar nos programas de auditório e nas telenovelas onde os esquemas de corrupção foram amplamente comentados. Nesse sentido, o governo Collor foi exemplar. Ainda no primeiro ano de sua gestão, é dada a largada da avalanche de escândalos que assolaria o país: em junho de 1990, o ex-secretário dos transportes Marcelo Ribeiro é envolvido numa denúncia por dispensa de licitação na contratação de empreiteiras. No ano seguinte, novos casos

as festas de Rosane Collor (julho de 1991); A LBA e os parentes de Rosane (agosto de 1991), o suborno de Antonio Magri (março de 91) e outros (Rubim, 1993).

A cobertura que a mídia realizou dos casos de corrupção durante o governo Collor trouxe a temática para o dia-a-dia da população:

*A atenção dedicada pelos media à CPI, em sintonia finíssima com o interesse despertado e o acompanhamento antenado da população, guindou a comissão ao centro do cenário político construído no país entre junho e setembro de 1992. Este poderoso cenário político simplesmente governou o Brasil nestes quatro meses, subordinando inquestionavelmente todas as falas e atos políticos (...). Os acontecimentos da CPI produzidos pelos media sob a forma de notícias e informação provocaram uma contaminação virótica na vida cotidiana das pessoas. A CPI passou a ser assunto quase inevitável das conversas, alimentadas pela ávida busca de novidades que comandava os media, subsumidos como nunca a uma lógica eminentemente jornalística" (Rubim, 1993:43).*

O *impeachment* do presidente eleito parecia ter encerrado os processos de corrupção. Mal se sabia, porém, que um ano depois nova onda de denúncias tomaria conta do país. No dia 8/10/93 tem lugar a prisão do economista José Carlos Alves dos Santos, indiciado por homicídio qualificado, ocultação de cadáver, tráfico de drogas e porte de moeda falsa.

Da prisão de José Carlos à instalação da CPI, foi um passo. No dia 17 de outubro a revista *Veja* sai às bancas com a manchete "O burocrata abre a mala da corrupção". Trata-se do depoimento de José Carlos concedido ao repórter da sucursal de Brasília onde ele denuncia parlamentares, ministros, ex-ministros, governadores e empreiteiras por envolvimento no esquema de corrupção da Comissão de Orçamento da União. Assim, em um contexto de discussões acaloradas sobre a revisão constitucional, mais um

escândalo mobilizaria a opinião pública

A CPI, instaurada em 20 de outubro, é criada em tempo recorde. O presidente da Câmara, Inocêncio de Oliveira anuncia sua instalação horas após a chegada da revista *Veja* às bancas. Tendo como presidente o senador Jarbas Passarinho e como relator Roberto Magalhães, a CPI do Orçamento, como ficou conhecida, durou 94 dias e investigou 43 parlamentares, dos quais apenas 18 foram para a lista dos cassáveis.

O objetivo aqui não é seguir os passos desse processo, tarefa aliás já empreendida e publicada (Krieger & Bonassa, 1994) mas avaliar o comportamento da mídia impressa diante de um fato que, no limite, ela mesma ajudou a criar. Para isto, foram lidos alguns dos principais jornais do Rio e de São Paulo durante aproximadamente 60 dias, com olhos na cobertura do caso<sup>16</sup>.

Antes de mais nada, chama a atenção a espécie de unanimidade tácita que se instaurou entre os órgãos de imprensa no que diz respeito à cobertura da CPI. Para além das disputas inegáveis pelos "furos" de reportagem e pelas informações "quentes", jornais e revistas tornaram-se cúmplices em prol de um fim comum: "limpar" o país, moralizar as instituições democráticas. Aliás, os termos "faxina" e "limpeza", assim como expressões do tipo "passar o Brasil a limpo", "acabar com o mar de lama", foram fartamente utilizados nas manchetes e legendas das matérias.

Reportagens e editoriais de todos os periódicos - dos mais sensacionalistas (*Diário Popular*) aos mais discretos (*A Gazeta Mercantil*) - posicionaram-se claramente contra a corrupção, contra os abusos de poder, e pela punição dos

responsáveis. Evidentemente os espaços dedicados ao assunto variaram de órgão para órgão. Enquanto os dois jornais acima citados, por exemplo, apresentaram o tema em espaço de certo modo limitado, os demais - *Folha de S. Paulo*, *JB*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* - cederam a ele toda a seção dedicada à "Política Nacional". Isso quando não criaram, como ocorreu uma série de vezes, cadernos especiais sobre o assunto.

Apesar da posição politicamente correta assumida pela imprensa e da nobre campanha a favor da integridade institucional no país, os jornais usaram e abusaram do sensacionalismo. Se isto é verdade, não se pode dizer que tal procedimento tenha sido uma exclusividade dos jornais mais populares. Ao contrário, todos os veículos, sem exceção, se esmeraram nas chamadas espalhafatosas, no tom escandaloso da cobertura do caso, a ponto de não possível, em alguns casos, distinguir as matérias deste ou daquele veículo.

Outra característica da cobertura ao caso "CPI do Orçamento" e o seu caráter eminentemente pedagógico. Os mecanismos da política foram explicados em todos os seus meandros, com o auxílio de sofisticados recursos gráficos e visuais: "boxes", quadros, ilustrações, fotografias, cronologias, colunas do tipo "Quem é quem" etc. forneceram material indispensável à elaboração e complementação das notícias.

Não seria exagerado afirmar que a mídia impressa se aprimorou visualmente de tal forma na cobertura em questão que o texto tornou-se, quase, dispensável. Era possível mapear o caso e os principais assuntos em pauta, assim como conhecer as linhas gerais da política orçamentária brasileira, única e

exclusivamente através das manchetes, legendas, fotos, ilustrações etc. Matérias mais longas e profundas do ponto de vista analítico estavam reservadas aos editoriais e às colunas dos articulistas.

Nos cadernos especialmente elaborados sobre o caso, tal postura pedagógica - amparada pelos recursos visuais e pelas drágeas concentradas de textos nos *boxes* - pode ser exemplarmente observada. Não apenas a CPI foi objeto de exame detalhado em quadros intitulados "Entenda o superescândalo" ou "Glossário da CPI", como o próprio funcionamento da máquina estatal foi passado a limpo, com auxílio de gráficos e tabelas: "Como é feita a elaboração do orçamento"; "Entenda os cálculos do orçamento" etc. etc.

Um elemento que passou a ser importante no desdobramento da cobertura - mais utilizado pela *Folha de S. Paulo*, embora também presente em outros jornais -, foi a pesquisa. Os dados estatísticos, metodologicamente fundamentados, serviram como base sistemática para a formulação dos textos, criando, eles próprios, novos assuntos, novas pautas; por exemplo: "Como a população está reagindo à CPI do Orçamento".

Um traço freqüente neste tipo de escândalo político, de modo algum exclusivo dos envolvidos no roubo do orçamento, é a imbricação entre a vida privada e o desempenho público dos personagens em questão. Esta confusão entre o público e o privado representou para a grande imprensa brasileira o filé mignon a partir do qual ela elaborou receitas picantes para o público consumidor. Nesse sentido, a CPI do Orçamento foi um prato cheio: o assassinato



de Ana Elizabeth, mulher de José Carlos; as orgias sexuais deste último do qual participavam vários parlamentares; Marinalva, a ex-mulher do acusado Manoel Moreira que traz à tona a vida particular do casal etc. A cobertura da CPI esteve pontuada, desde o começo, pelos fatos da vida privada que possuíam, muitas vezes, pontos de intersecção com os acontecimentos políticos: teria José Carlos matado a mulher porque ela sabia demais? Assim, ao lado do inventário das carreiras e trajetórias públicas dos acusados, vinha à tona toda a sorte de vícios privados e de perversões, o que dava um toque ainda mais rocambolesco à narrativa forjada pela mídia.

Além dos elementos da vida privada que acentuavam o tom erótico -melodramático dos enredos, todo um vocabulário específico foi criado pela mídia na confecção de uma narrativa de cunho também sarcástico e humorístico: os Sete Anões, o Super Suplicy, as "ligações perigosas", os "Fantasmas", os "esquemas".

O acontecimento simultâneo de vários episódios - os casos CPI do Orçamento e a caçada a Paulo César (PC) Farias; a procura do cadáver de Ana Elizabeth e a radiografia das contas bancárias dos parlamentares; a investigação do envolvimento das grandes empreiteiras no esquema de corrupção e os debates sobre a revisão constitucional - serviu de matéria-prima para a construção dessa narrativa múltipla que os jornais veicularam diariamente, onde chamava a atenção a mescla de tons e estilos: humor, aventura, sexo, debate político.

Durante a CPI, a imprensa inventariou a vida e trajetória dos personagens envolvidos no caso. Enredos foram detalhadamente

construídos. Os fatos, seguidos dia-a-dia. Resumos e recapitulações auxiliavam aqueles que porventura tivessem perdido o capítulo anterior, suspenses eram, sistematicamente, criados para o dia seguinte. Em suma: jornais e revistas lançaram mão de procedimentos clássicos do folhetim tradicional no acompanhamento do episódio. Os acontecimentos políticos transformaram-se na grande novela nacional, que todos acompanhamos, aguardando o desfecho final (Hamburguer, 1994).

O debate que a CPI mobilizou acerca da ética e da moralidade no Brasil teve como termo comparativo freqüente o caso italiano. Era como se estivéssemos realizando a "Operação Mãos Limpas à Brasileira", anunciavam várias manchetes. Em vista disso, diferentes comentaristas esmiuçaram os dois casos, em suas semelhanças e diferenças. A comparação não se restringia ao conteúdo específico das situações brasileira e italiana mas também ao papel da mídia no Brasil e na Itália durante os processos.

Os debates sobre a corrupção trouxeram à baila cerradas discussões sobre a ética e a moralidade das instituições em uma democracia recente como a brasileira, inclusive sobre a imprensa. Quer dizer, a imprensa falou muito de si mesma durante todo esse processo, não apenas exaltando suas virtudes, em matérias de autopromoção - "Mais uma vez a imprensa sai na frente" -, como também problematizando a questão da ética no jornalismo, os limites do denunciamento, o papel da mídia na construção da democracia. De fato, os jornalistas brasileiros declaram, sem pestanejar, a sua convicção no lugar da imprensa como "quarto poder" ou como uma espécie de "cão de guarda da democracia", valorizando o

papel informativo da mídia, bem como o seu desempenho como formadora de opinião. Essa imagem, no entanto, não fica abalada pelo fato da imprensa se valer da publicação de notícias não comprovadas. Isto é, para boa parcela dos jornalistas brasileiros considerar a denúncia mais importante que as provas, não contraria a noção de responsabilidade da imprensa (Cardoso, 1995).

É verdade, durante a CPI do Orçamento, a imprensa criou fato como também virou fato jornalístico. É verdade também que nessa época, não tão distante, reinava um clima de otimismo em relação ao fortalecimento de nossas instituições democráticas e ao papel da imprensa que, nesse contexto, parecia engrossar o coro dos que exigiam com a música popular. "Brasil mostra a sua cara".

Passados alguns (poucos) anos, a novela política teve desfechos vários, alguns previsíveis, outros inesperados. De qualquer modo, não é difícil aferir a queda significativa no ibope da política nacional. O assassinato de PC Farias, a condenação de José Carlos dos Santos, a vida nababesca de Collor em Miami, a sucessão de denúncias e CPIs envolvendo políticos que tiveram lugar de lá para cá, entre outros episódios, não parecem entusiasmar a audiência do mesmo modo. Mas a nossa imprensa e os jornalistas vão bem obrigado, bolando personagens novos, enredos acidentados e produtos palatáveis, ao gostinho do freguês.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abramo, Cláudio Weber. "Império dos sentidos - critérios e resultados na Folha de S. Paulo, São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 31, 1995

Almeida, Maria Hermínia T. **Tomando partido, formando opinião - ciências sociais, imprensa e política**, São Paulo, Idesp/Sumaré, 1992

Cardoso. Adalberto Moreira. "Jornalistas: ética e democracia no exercício da profissão", São Paulo. **Novos Estudos Cebrap**, n. 42, 1995

Dassin. Joan. "Press censorship and the military state in Brazil" in Curry & Dassin (eds.). **Press control around the world**, New York. Praeger. 1982

\_\_\_\_\_. "The Brazilian press and the politics of 'abertura'", **Journal of Interamerican studies and world affairs**, v 26 (3), 1984

Freyre, Gilberto et alii. **A imprensa como objeto de estudo das ciências sociais**, São Paulo, ECA/USP. 1970

Goldenstein, Gisela. **Do jornalismo político à indústria cultural**, São Paulo, Summus, 1987

\_\_\_\_\_. **Folhas ao vento. Análise de um conglomerado jornalístico no Brasil**, São Paulo, Paz e Terra, 1992

Hamburguer, Esther I. "Blurring gender and genre: telenovelas and news in Brazilian television", 1994, mimeo

Kucinski, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários, nos tempos da imprensa alternativa**, São Paulo, Scritta. 1991

Krieger, Gustavo, Novaes, Luiz Antônio & Faria, Tales. **Todos os sócios do presidente**. São Paulo, Scritta, 1992

Krieger, Gustavo, Rodrigues. Fernando & Bonassa, Elvis Cesar. **Os donos do congresso, a farsa da CPI do Orçamento**, São Paulo, Ática. 1994

Lima, Venício Artur. "The state, television and political power in Brazil", **Critical studies in mass communication**, n 5, 1988

Mussolini, Gioconda. **Os pasquins no litoral norte de São Paulo**. São Paulo, ECA/USP, 1972

Oliveira, Francisco. "O marajá superkitch", São Paulo, **Novos Estudos Cebrap**, n. 26, 1990

Rubim, Antonio Albino Canelas. "Política em tempos de mídia: impressões de cirses". Salvador, **CADERNOS DO CEAS**, n. 148, 1993

Silva, Carlos Eduardo L. **Mil dias, os bastidores da revolução num grande jornal**, São Paulo, Trajetória Cultural, 1988

Travancas, Isabel. **O mundo dos jornalistas**. São Paulo, Summus, 1993

Velasco, Sebastião & Martins, Carlos E. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura" In Sorj, Bernardo & Almeida, Maria Hermínia T. **Sociedade e política no Brasil pós-64**, São Paulo, Brasiliense, 1983

<sup>1</sup> A discussão sobre o perfil do profissional aqui apresentada baseia-se, fundamentalmente, em depoimentos de jornalistas sobre a profissão, o perfil profissional, a dinâmica das redações e a produção da notícia, concedidos por ocasião do seminário "Jornalistas, cidadania e democracia no Brasil", que teve lugar no Cebrap nos dias 23, 25 e 27 de agosto de 1993. Estiveram presentes ao encontro: Clóvis Rossi, Élio Gaspari, Aloísio Maranhão, Boris Casoy, Sérgio Sister, Augusto Nunes, Mário Sérgio Conti, Perseu Abramo, Percival de Souza, Álvaro Pereira, além do professor da ECA, José Marques de Melo.

<sup>2</sup> É interessante observar que nas falas sobre o perfil profissional do jornalista, a diferença de gênero não aparece, quando é sabido que parte significativa do novo contingente profissional é composto por mulheres. Cf. o depoimento de Newton Carlos que sublinha não existirem mulheres na profissão até mais ou menos 1950. "Depois de 60, foi uma verdadeira invasão na profissão e hoje mais de 50% dos jornalistas são mulheres". Ver Travancas, *op.cit.*

<sup>3</sup> Paralelamente à regulamentação da profissão e à vitória do diploma, os cursos de jornalismo existentes no Brasil desde o final da década de 40, passam a engrossar as faculdades de Comunicação Social, nos anos 70. Data desse período também o fim do estágio para os estudantes nos jornais.

<sup>4</sup> A frase apareceu em diversos momentos do debate, dita por diferentes jornalistas.

<sup>5</sup> Alguns jornalistas presentes ao seminário frisaram que a falta de "tesão" para o trabalho é uma queixa permanente no meio profissional e não uma característica diferencial dos "novos jornalistas". Por outro lado, são unânimes em afirmar que a situação hoje se agravou já que "o jovem antigamente tinha que provar que era jornalista no cotidiano do trabalho, enquanto hoje, uma autoridade pública - a universidade - confere o título ao jovem formado. Ele não precisa provar nada para ninguém".

O outro lado da moeda aparece nas entrevistas feitas por Isabel Travancas, já citada, com jovens jornalistas no Rio de Janeiro, onde chama a atenção a distância existente entre eles e os profissionais mais antigos. "Foram poucos os jornalistas que comentaram ou explicitaram sua relação com os jornalistas mais velhos. Alguns se referiam com admiração a jornalistas ilustres, mas sempre como uma referência bastante distante do seu dia-a-dia. Hoje, há cada vez mais jovens ocupando cargos importantes (...). Pode-se entender o desprezo, até certo ponto, demonstrado por alguns jornalistas em relação aos profissionais mais velhos, se levarmos em conta que os últimos estão em menor número nas redações, e nem sempre o contato entre as duas gerações é freqüente e cordial" (p. 89).

<sup>6</sup> Apesar do discurso queixoso em relação ao fim da reportagem, as pesquisas indicam não apenas a sua permanência, como também a disseminação da atividade por diferentes setores da hierarquia jornalística. Um perfil do profissional e da atividade jornalística hoje no Brasil, realizado por Adalberto M. Cardoso revela: "A análise de algumas características básicas do exercício profissional revela que, em sua grande maioria, os jornalistas fazem reportagens, não importando a função que desempenhem (com exceção para os colonistas). Mesmo secretários de redação e editores executivos (53%), além de editores e subeditores (66%) declararam fazer reportagens ao menos ocasionalmente" (1995: 133).

<sup>7</sup> Um relato do Projeto Folha de uma perspectiva bastante favorável encontra-se em Carlos Eduardo Lins e Silva (1988). Para uma visão crítica do mesmo projeto, cf. Cláudio W

Abramo (1991).

<sup>8</sup> O *Estado de S. Paulo* criou mais tarde o *Informe São Paulo*

<sup>9</sup> O livro de Bernardo Kucinski (1991), faz um balanço dessas publicações mostrando como em plena ditadura militar existia uma vigorosa imprensa crítica ao regime e que acabou se tornando o principal espaço de reorganização política e ideológica das esquerdas no período autoritário. Diz ele "Em contraste com a complacência da grande imprensa para com a ditadura militar, os jornais alternativos denunciavam sistematicamente as torturas e violações de direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico. Inclusive nos anos de seu aparente sucesso, diante do milagre econômico de 1968 a 1973, destoando, assim, do discurso triunfalista do governo ecoado pela grande imprensa, gerando todo um discurso alternativo. Opunha-se, por princípio, ao discurso oficial" (p. XIII).

<sup>10</sup> Para uma avaliação do período autoritário e do início do processo de abertura, cf., entre outros, Velasco & Martins (1983)

<sup>11</sup> Maria Hermínia T. de Almeida (1992) mostra como se deu o processo de absorção de pesquisadores acadêmicos oposicionistas pela grande imprensa. Diz ela "Economistas, sociólogos, antropólogos, cientistas políticos, filósofos e juristas passaram a fazer uma espécie de jornalismo de idéias, dispar quanto aos temas, focos e opiniões, mas convergente na crítica ao autoritarismo e às vicissitudes do processo de liberalização do regime" (p. 40).

<sup>12</sup> Foi o engajamento na Campanha das Diretas um dos principais fatores para o extraordinário crescimento da *Folha de S. Paulo* na década de 80. Só para se ter uma idéia, a circulação paga da *Folha* que em janeiro de 84 era 17% superior à do *Estado* (7.303.451 exemplares/mês contra 6.255.553), aumentou para 45% (8.203.135 da *Folha* contra 6.275.808 do *Estado*). Em termos das assinaturas, na capital, a *Folha* passou de 66.489 em 1984 para 101.843 em 1986. Teve, portanto, um aumento de 80,2% no número de assinantes contra 23,2% do *Estado*. Dados apresentados pela revista *Imprensa*, set. 1987, p. 36.

<sup>13</sup> Para uma análise da década de 80 e de momentos em que a TV Globo deliberadamente suprimiu, alterou ou promoveu informações, ver LIMA, Venício Artur. "The state, television and political power in Brazil". *Critical Studies in Mass Communication*, nº 5, 1988.

<sup>14</sup> Francisco de Oliveira (1990) chama a atenção para a imagem forjada pelo *marketing* político do presidente eleito. que a mídia incorporou de modo flagrante, sublinhando o comportamento ambivalente dos jornais e revistas. Diz ele: "A mídia se deleita nesse festival de besteiras. Pois apostou nesta caricatura de modernidade, por vias transversas. Da *Globo* e de *O Globo*, quase nem se precisa falar; basta lembrar que a primeira, explorando uma concessão pública, falseou deliberadamente o último debate entre os dois candidatos, quando o desfavorecido pela sua "Armação Ilimitada" já não podia responder, infringindo despudoradamente a própria legislação eleitoral. O *Estado* falseou as questões da governabilidade e da competência. induzindo a relações entre os regimes do Leste europeu e o Partido de Lula. E a *Folha*, arauto da pós-modernidade, agora pode se comprazer, pois o novo presidente faz *cooper* com *jogging* em pleno inverno nos jardins do Chateau D'Artigny e, não fala essa "ultrapassada" linguagem de esquerda (p.5/6).

<sup>15</sup> Para uma análise das telenovelas brasileiras e de sua sintonia com os fatos políticos do país, ver Esther Hamburger (1994), onde a autora realiza uma leitura minuciosa da novela "Vale Tudo" desse ponto de vista.

<sup>16</sup> Foram lidos os jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*, do Rio de Janeiro; *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo*, *Gazeta Mercantil* e *Diário Popular*, de São Paulo, além de alguns números das revistas *Veja* e *Isto É*. A idéia era acompanhar órgãos de grande circulação nacional e de perfil variado.